



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARA/CASTANHAL
SECRETARIA ESTADUAL DA PR/PA

TERMO DE REFERÊNCIA

Procedimento nº: 1.23.000.000517/2023-43

1 – OBJETO

1.1. Contratação de serviços de internet via satélite pelo prazo de 12 meses, ilimitada (sem franquia), com características de mobilidade (transportável/móvel), incluindo instalação, treinamento, suporte e o fornecimento de equipamento em regime de comodato.

2 – JUSTIFICATIVAS

2.1. Da contratação

Com o objetivo de aprimorar o atendimento às comunidades vulneráveis no Pará, é imprescindível que o Ministério Público Federal (MPF) esteja presente em diversas regiões do Estado. Esse órgão tem a importante missão de garantir os direitos fundamentais e a justiça para todos os cidadãos, especialmente aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade.

Muitas comunidades em áreas remotas do Pará enfrentam grandes desafios em termos de acesso a serviços básicos, como saúde, educação e segurança. O acesso terrestre é limitado ou mesmo inexistente em muitas dessas regiões, o que dificulta a chegada de serviços essenciais. Para viabilizar o acesso a essas localidades, a Procuradoria da República no Pará (PR/PA) adquiriu barcos para que o MPF possa se deslocar até essas regiões.

No entanto, devido à infraestrutura precária e muitas vezes inexistente nessas localidades, a atividade do MPF é prejudicada pela falta de serviços de comunicação de dados confiáveis. A comunicação eficiente é essencial para que o MPF possa desempenhar suas funções com eficácia, como a coleta de informações, investigação e realização de audiências, por exemplo.

Para resolver essa questão, é necessário contratar serviços de link de dados móvel e transportável via satélite para garantir a comunicação eficiente e eficaz do MPF nessas regiões remotas. Isso permitiria que o MPF se conectasse à internet e usasse tecnologias avançadas, como videoconferência, para realizar suas atividades sem precisar estar

fisicamente presente em cada uma dessas comunidades.

Além disso, a tecnologia de satélite é particularmente importante para garantir a segurança dos dados do MPF. As informações coletadas pelo MPF são extremamente sensíveis e devem ser mantidas em sigilo para proteger a privacidade das pessoas envolvidas. Os serviços de link de dados móvel e transportável via satélite são criptografados e oferecem segurança avançada para garantir a proteção dos dados do MPF.

No entanto, a contratação desses serviços de comunicação de dados móvel e transportável via satélite requer investimentos significativos. É preciso garantir que os recursos financeiros estejam disponíveis para que o MPF possa fornecer serviços de qualidade e efetivamente cumprir sua missão de proteger os direitos dos cidadãos. Isso exige uma cooperação estreita entre as autoridades locais, os responsáveis pela administração financeira e os próprios procuradores do MPF.

Em resumo, a presença do MPF em regiões remotas do Pará é crucial para garantir a justiça e proteção aos direitos das comunidades vulneráveis. A infraestrutura precária e a falta de serviços de comunicação de dados confiáveis são grandes desafios a serem superados. A contratação de serviços de link de dados móvel e transportável via satélite é uma solução importante para permitir a comunicação eficiente e eficaz do MPF nessas regiões remotas, mas isso requer investimentos significativos e cooperação entre as partes envolvidas.

2.2. Do enquadramento do objeto a ser contratado

O Objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado.

3 – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. Serviço de link de Internet via Satélite ilimitada (sem franquia), que deve ficar ativa 24 horas por dia, 7 dias por semana, garantindo conectividade ininterrupta.

3.2. Velocidade mínima de 10mbps de download e 3mbps de upload, com latência máxima de 700ms.

3.3. Suporte à capacidade móvel (pode ser usada em movimento) ou transportável.

3.4. Caberá a CONTRATADA fornecer em regime de comodato os equipamentos e materiais necessários ao perfeito funcionamento do acesso à Internet, inclusive se responsabilizando pela manutenção e substituição dos mesmos sem qualquer custo para o Contratante.

3.5. A configuração inicial dos equipamentos para ativação do serviço, incluindo os parâmetros e ajustes relativos aos protocolos e ao sistema de segurança, será de responsabilidade da CONTRATADA.

3.6. Deverá ser disponibilizado um centro de assistência técnica com atendimento na língua

portuguesa para que a CONTRATANTE faça registros de ocorrências e solicitações de reparo, bem como o acompanhamento da solução dos problemas.

3.7. O satélite a ser utilizado para prestação do serviço deve apresentar cobertura em todo o território continental brasileiro, com autorização de operação emitida pela ANATEL.

3.8. A empresa vencedora, quando contratada, deverá fornecer treinamento de toda a solução fornecida.

3.9. A CONTRATADA deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade dos dados trafegados em sua rede.

3.10. O modem a ser fornecido deverá possuir interface de integração no padrão Ethernet IEEE802.3 (10/100BaseT) ou superior para conexão diretamente na rede local e suporte a conexão sem fio (Wi-Fi).

3.11. Os equipamentos deverão ser novos e fornecidos com todos os cabos de RF, cabos de energia, cabos de comunicação, conectores, suportes, presilhas, manuais, licenças, relatórios, demais acessórios necessários para a sua instalação e operação e atendimento a legislação.

4 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A proposta deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos, fretes, fornecimento dos equipamentos, instalação, treinamento e demais custos que incidam direta ou indiretamente na aquisição dos materiais, conforme quadro.

4.1.1. Quantitativos e preços estimados:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD.	VALOR TOTAL ANUAL
1	Internet via satélite, ilimitada (sem franquia), com Velocidade mínima de 10mbps de download e 3mbps de upload. Latência máxima de 700ms. Fornecimento de equipamentos em comodato. Instalação e treinamento. Período de 12 meses	01	R\$ 35.960,00

4.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por dispensa de licitação (Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021), sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

4.3. O valor total estimado desta contratação é de R\$ 35.960,00 (Trinta e cinco mil, novecentos sessenta reais);

5 - DO LOCAL E PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A execução dos serviços deverá ser realizada no município de Belém, com agendamento prévio e em local a ser indicado pela Procuradoria da República no Pará.

5.2. A execução dos serviços deverá ocorrer, a partir da assinatura do contrato, no prazo máximo de até 20 dias.

6 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

6.2. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;

6.3. Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA;

6.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do serviço, para que sejam corrigidas;

6.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

6.6. Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais em que devam executar suas atividades, disponibilizando meios de identificação (crachá), e mantendo, por meio do setor de segurança do CONTRATANTE, ficha cadastral atualizada;

6.7. O CONTRATANTE, reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre os serviços contratados, e ainda, aplicar as penalidades previstas neste instrumento ou rescindi-lo, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no contrato;

6.8. Será(ão) nomeado(s) servidor(es), que ficará(ão) responsável(eis) pela fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas, e, ainda, atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA;

7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Indicar formalmente seu preposto;

7.2. Planejar a execução e a supervisão dos serviços;

7.3. Realizar os serviços na quantidade, prazos e qualidade especificados, por sua exclusiva conta e responsabilidade, no local indicado pelo CONTRATANTE, em estrita conformidade com as especificações constantes no contrato, e no que forem aplicáveis, com as normas da ABNT e com a legislação vigente;

7.4. Orientar regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e à racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos.

7.5. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, a execução dos serviços em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções e que estiverem em desacordo com as especificações, após a notificação formal do CONTRATANTE;

7.6. Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução dos serviços para análise e decisão do CONTRATANTE;

7.7. Manter durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação.

7.8. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

7.9. Disponibilizar o endereço comercial, telefones e conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes e manter o CONTRATANTE informado quanto a eventuais alterações.

7.10. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus representantes ou prepostos, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça no prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento na fatura do mês e/ou da garantia, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

7.11. Comunicar imediatamente ao Fiscal do Contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços;

7.12. Não será aceito, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidades da CONTRATADA para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

7.13. Comunicar o CONTRATANTE, no prazo de máximo de 24 (vinte e quatro) horas que

antecede a data de início da realização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.14. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas internas de cada ramo relativas à segurança e proteção ambiental.

7.16. Fornecer todos os materiais e equipamentos conforme discriminados no Contrato, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga e descarga.

7.17. É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos de qualquer natureza, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obedecendo ao disposto na Norma Brasileira ABNT NBR 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso.

7.17.1. O CONTRATANTE reserva-se o direito de assumir a responsabilidade a que se refere o item anterior, podendo dar outra destinação aos resíduos após o uso, caso julgue mais conveniente para a Administração.

7.18. É vedado à CONTRATADA:

7.18.1. Ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público da União e dos Estados e do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, sob pena de rescisão contratual;

7.18.2. Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

7.18.3. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

7.18.4. Caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

7.18.5. Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

8 - DO RECEBIMENTO

8.1. Os serviços executados pela CONTRATADA serão recebidos pelo CONTRATANTE, obedecido o prazo estipulado para conclusão, da seguinte forma:

8.1.1. Provisoriamente: mediante recibo, após efetuada a entrega dos serviços, para posterior verificação da sua conformidade com a especificação.

8.1.2. Definitivamente: mediante recibo, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais (qualidade e/ou quantidade, etc), ocasião em que se fará constar o atesto na própria Nota Fiscal;

8.2. Caso os serviços estejam em desconformidade com o especificado no contrato, serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a refazê-los, a suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de recebimento da notificação;

8.2.1. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

9 - DO FATURAMENTO

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Procuradoria da República no Estado do Pará, CNPJ nº 26.989.715/0019-31, emitida após a entrega do objeto, no prazo especificado, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade junto à Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio ou sede e à Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011.

9.1.1. Caso a empresa seja optante pelo Simples Nacional deverá apresentar também a declaração de optante do simples nacional. A declaração deve ser assinada eletronicamente com certificado digital pessoa física (eCPF) ou remetida em sua via original dentro da embalagem dos itens a serem entregues. Não será aceita assinatura digitalizada e nem assinatura usando certificado pessoa jurídica (eCNPJ), conforme orientações da Receita Federal.

9.1.2. A liberação da nota fiscal para pagamento ficará condicionada ao atesto da unidade responsável pelo acompanhamento e recebimento dos objetos ora contratados.

9.1.3. A fatura ou nota fiscal e demais documentos deverão ser encaminhadas através do Sistema de Protocolo Eletrônico do MPF, que pode ser acessado em: <https://apps.mpf.mp.br/ouvidoria/app/protocolo/>

9.2. Quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “ISS a ser recolhido por substituição tributária”, conforme legislação vigente.

9.2.1. A inexistência do destaque de que trata o item anterior não impede a retenção por parte do CONTRATANTE;

9.2.2. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

9.3. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso.

10 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelos serviços efetivamente prestados, em moeda nacional, em até 30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária;

10.2. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

10.3. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação;

10.4. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária;

10.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo

$I = [(TX/100)/365]$, assim apurado: $I = [(6/100)/365] \rightarrow I = 0,00016438$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10.6.1. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

10.7. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

11 - REAJUSTE

11.1 Os preços inicialmente contratados dos serviços poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE acumulada nos últimos 12 meses, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público.

11.1.1. Para o direito ao reajuste será considerada a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data de apresentação da proposta ou, no caso de novo reajuste, da data a que o anterior estiver se referindo.

11.1.2. Para a apuração do índice mencionado no caput e para a aplicação dos efeitos financeiros do reajuste será considerada a data do pedido da CONTRATADA.

12 - DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será permitida subcontratação do objeto licitado.

13 – DA VIGÊNCIA

13.1. O contrato terá vigência de 12 meses, com possibilidade de renovação, contados a partir da data de sua assinatura.

Belém – PA, data da assinatura eletrônica.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PA-00012853/2023 TERMO DE REFERÊNCIA nº 14-2023**

Signatário(a): **LEONARDO DE CARVALHO FONTOURA**

Data e Hora: **21/03/2023 15:40:26**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **LUIZ REGINALDO FARIAS DE SOUZA**

Data e Hora: **21/03/2023 15:47:34**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **MARX RIBEIRO DE SOUZA**

Data e Hora: **22/03/2023 10:20:30**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 8bc1dea0.2d71156c.8fb9b33a.d8e73695